

EUROPA

DOSSIÊ

Ajuda comercial ao Paquistão deve ter em conta interesses da indústria têxtil da UE



No dia 16 de Setembro de 2010, os chefes de Estado e de governo dos 27 Estados Membros da UE, reunidos em Conselho Europeu, decidiram "conceder – exclusivamente ao Paquistão – um maior acesso ao mercado da UE através da redução, imediata e limitada no tempo, dos direitos aduaneiros sobre importações essenciais provenientes do Paquistão, em conformidade com as regras da OMC."

O Paquistão vem desde há vários anos insistindo que precisa de maior acesso ao mercado comunitário e de um reforço das relações económicas por forma a levar a cabo a luta contra o terrorismo. As enchentes que afectaram cerca de 20 milhões de pessoas no noroeste e partes do sul do país no Verão deste ano desencadearam a decisão política da UE de finalmente aceder ao pedido das autoridades paquistanesas.

A UE é o primeiro parceiro comercial do Paquistão. O Paquistão já beneficia do regime de preferências comerciais unilaterais (Sistema de Preferências Generalizadas - SPG) que a UE concede a países em desenvolvimento de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ao abrigo deste regime cerca de 80% das exportações Têxtil e Vestuário (T&V) pa-

quistanesas entram na UE pagando direitos aduaneiros reduzidos. O sector de T&V domina as exportações paquistanesas, representando mais de 70% das exportações totais para a UE.

Conceder mais benefícios exclusivamente ao Paquistão através da redução ou eliminação dos direitos aduaneiros para certas mercadorias paquistanesas (essencialmente produtos têxteis) requer a obtenção de uma autorização ("waiver") às regras de não-discriminação e nação-mais-favorecida da OMC. A UE só poderá obter tal autorização por decisão unânime dos 153 membros da OMC. Prevê-se que países membros da OMC com indústrias têxteis concorrentes à do Paquistão, como é o caso da Índia e do Bangladesh, resistam à concessão desses benefícios adicionais.

O Conselho Europeu instruiu por isso a Comissão Europeia a reflectir sobre as opções com os parceiros da OMC e a apresentar a sua proposta definitiva em Outubro, tendo em conta a sensibilidade do sector industrial na UE.

Face à importância do Paquistão enquanto fornecedor de têxteis e vestuário, um acesso facilitado ao mercado europeu terá potencialmente um impacto sobre a indústria

comunitária. A EURATEX (Confederação Europeia de T&V) e a FITVEP (Federação da Indústria T&V de Portugal) já tinham manifestado, aquando de uma tentativa prévia de conceder maior acesso ao mercado europeu para produtos paquistaneses na Primavera deste ano, o seu descontentamento, notando as graves consequências sobre a actividade industrial e níveis de emprego no sector.

No longo prazo, o acesso adicional do Paquistão ao mercado europeu poderá realizar-se no quadro do Sistema de Preferências Generalizadas "Mais", um regime especial de incentivo ao desenvolvimento sustentado e à boa governação que se traduz em concessões adicionais ao regime geral de SPG. Para dele beneficiar, países considerados "vulneráveis" devem ratificar e efectivamente implementar uma série de convenções internacionais relativas à protecção dos direitos humanos e laborais. Actualmente, o Paquistão não cumpre os dois critérios de atribuição de SPG+. No entanto, o regulamento SPG será submetido a uma revisão no Parlamento Europeu e no Conselho de Ministros no decorrer do ano de 2011, pelo que uma alteração dos critérios favorável ao Paquistão poderá verificar-se nesse contexto.

Socialistas mobilizam-se em defesa do sector têxtil

Os Deputados Socialistas Portugueses mobilizaram-se nas últimas semanas em defesa do sector têxtil nacional. A Delegação Socialista tem acompanhado o processo relativo à decisão de a UE conceder facilidades comerciais ao Paquistão. Neste sentido, os Deputados Edite Estrela, Correia de Campos e Elisa Ferreira receberam recentemente em Bruxelas uma delegação de sindicalistas portugueses da CGTP afectos à corrente socialista. Encontrando-se representados os sectores do Têxtil, do Calçado, dos Serviços e Tráfego Aéreo foram debatidos problemas que em virtude do presente contexto económico afectam os trabalhadores nestes sectores de actividade. O encontro que se realizou ainda antes da decisão do Conselho Europeu relativa ao Paquistão permitiu debater o assunto em particular o impacto que as propostas da CE implicariam para o sector.

Os eurodeputados socialistas deram nota ao grupo de sindicalistas dos esforços já por eles realizados, tanto junto da Representação Permanente de Portugal na UE, como junto das Instituições Europeias, no sentido de travar ou modificar esta decisão, tendo ainda sido discutidas possíveis estratégias para prosseguir este esforço. A questão das facilidades comerciais atribuídas ao Paquistão foi igualmente debatida num encontro recente entre os eurodeputados portugueses e o Embaixador de Portugal junto da UE.

Já em anteriores legislaturas os Deputados Socialistas Portugueses estiveram na linha da frente em defesa do sector têxtil nacional, uma prioridade no Parlamento Europeu. Os Deputados interpelaram Comissários, interviewaram em plenário, visitaram fábricas, escreveram missivas ao executivo comunitário sempre que a situação do sector assim exigia.



DOSSIÊ
"Facilidades comerciais devem ser limitadas no âmbito e no tempo"



Comentando as conclusões da reunião do Conselho Europeu de 16 de Setembro sobre o Paquistão, o Presidente da Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu, Vital Moreira, defendeu que a anunciada decisão de concessão de facilidades comerciais no contexto do auxílio a prestar aquele país devastado pelas cheias deve ser fortemente limitada no seu âmbito e na sua duração. Vital Moreira congratulou-se pelo facto de o Conselho Europeu ter abandonado a proposta inicial da Comissão Europeia de conceder facilidades comerciais numa série de produtos têxteis, independentemente da sua origem, o que iria beneficiar injustificadamente não só o Paquistão mas também países como a China e a Índia. Não se opondo ao novo modelo adoptado pelo Conselho Europeu, na forma de autorização a obter junto da Organização Mundial do Comércio para conceder preferências comerciais exclusivamente ao Paquistão, Vital Moreira considerou que "a ajuda comercial a dar ao Paquistão não pode deixar de ter em conta a devida ponderação dos interesses da indústria da União Europeia, e muito concretamente, da indústria têxtil portuguesa". Nesse sentido, Vital Moreira entende que é necessário, em primeiro lugar, averiguar quais os produtos portugueses que podem ser mais afectados pela concessão de facilidades comerciais ao Paquistão e qual a dimensão desse impacto. Só assim se poderá de seguida endereçar à Comissão Europeia reivindicações fundamentadas no momento da selecção dos produtos abrangidos.

Elisa Ferreira exorta UE a dar prioridade ao crescimento e emprego e a criar um Fundo Monetário Europeu

A Deputada Elisa Ferreira considera que a União Europeia deve dar prioridade ao crescimento económico e ao emprego. Num debate recente no plenário do Parlamento Europeu, a Deputada sublinhou a importância da decisão dos Ministros das Finanças da UE sobre o chamado "semestre europeu", exercício através do qual os projetos de orçamento dos Vinte e Sete serão discutidos no seio da União Europeia antes de serem apresentados aos parlamentos nacionais.

No entanto, Elisa Ferreira alertou: "Esta coordenação dos esforços no semestre europeu que foi objecto de análise na reunião dos Ministros das Finanças é em si positiva, mas ela é só uma parte da realidade". "É preciso que o crescimento e o emprego funcionem como prioridades ao lado do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento. É importante que o Fundo Monetário Europeu seja criado. É preciso que se trate a dívida soberana ao lado de todas as outras obrigações requeridas pela participação numa área monetária e é preciso que a evolução deste trabalho não vá no sentido da perigosa ideia das sanções e conto com o Comissário Barnier e com a sua experiência para ajudar a Comissão a caminhar nesse sentido", afirmou. Elisa Ferreira salientou a importância do acordo entre o Parlamento, a Comissão e o Conselho sobre a supervisão financeira na UE. "É um acordo que nos honra e que defende os interesses dos cidadãos europeus, e os meus votos são que a agenda que falta cumpra a mesma metodologia e que cheguemos ao mesmo sucesso". A Deputada manifestou também a necessidade de a UE valorizar a "dimensão europeia" no que diz respeito à resolução das crises bancárias, sobretudo os bancos sistémicos e transfronteiriços.

A Comissão foi igualmente instada a rever "a nossa agenda pró G20", em particular no que diz respeito ao combate à fraude e à evasão fiscal.



Capoulas Santos denuncia propostas agrícolas da França e Alemanha

O eurodeputado Capoulas Santos manifestou-se esta semana contra as propostas da França e da Alemanha, assumidas numa carta conjunta sobre o futuro da Política Agrícola Comum (PAC) pós-2013 enviada à Comissão Europeia, e que implicam a cristalização da actual repartição entre os Estados-Membros das ajudas comunitárias para a agricultura e a manutenção da actual ajuda comunitária aos agricultores portugueses, cerca de cinco vezes menos que a média europeia.

A Comissão Europeia deverá apresentar em Novembro o documento de orientação sobre a reforma da PAC. Os Ministros da Agricultura da França e da Alemanha enviaram na semana passada uma carta à Comissão Europeia informando sobre a sua posição para a reforma da PAC, na véspera do Conselho Informal dos Ministros da Agricultura sob

Presidência Belga da União Europeia e numa altura em que já se marcam posições concretas quanto ao futuro da agricultura europeia.

A posição franco-alemã defende que o debate em torno da repartição das ajudas "deve tomar em conta a sustentabilidade da posição financeira dos Estados-membros no orçamento europeu na base da actual chave de repartição", tal como se lê no texto da carta conjunta.

"Esta proposta é absolutamente intolerável e inaceitável", afirmou Capoulas Santos, porta-voz para os assuntos agrícolas do Grupo Socialista Europeu que junta 184 Deputados. Capoulas Santos considera que esta posição significa que cada agricultor português continue a receber em média "cinco vezes menos do que a média europeia". O eurode-



putado sublinha que as conversações sobre a reforma da PAC iam até agora no sentido de o mecanismo de cálculo das ajudas aos agricultores deixar de se basear na produtividade histórica, muito baixa em Portugal, e passar a basear-se em critérios como os da

agricultura "amiga" do ambiente e também da que mais postos de trabalho cria. A posição da França e da Alemanha "é absolutamente intolerável e condiciona todo o debate sobre o futuro da PAC", insistiu Capoulas Santos.

Luís Paulo Alves reúne com Comissário da Política Regional para debater estratégia para os novos Fundos Comunitários

O Deputado Luís Paulo Alves reuniu recentemente, em Estrasburgo, com o Comissário da Política Regional, Johannes Hahn. Em cima da mesa esteve a discussão sobre o futuro quadro Comunitário de Apoio (QCA) e em particular a futura atribuição de fundos para as Regiões Ultraperiféricas. O Comissário afirmou a importância de manter um nível elevado de pressão para a atribuição de fundos para as RUP, alertando para o facto de, no actual contexto de crise económica e dificuldades financeiras dos Estados-membros, este ser um sector que necessitará do empenho político forte de todas as partes interessadas. O Comissário focou também a necessidade de obter boas taxas de absorção dos fundos actualmente em vigor, visto que regiões com fracos níveis de execução poderão vir a ser afectadas no futuro QCA.

Para Luís Paulo Alves "este é um argumento favorável para a Região Autónoma dos Açores por esta se encontrar entre as regiões cuja "performance" em termos de utilização dos fundos disponíveis é excelente". Luís Paulo Alves alertou o Comissário para a necessidade de apresentar com celeridade a nova estratégia para as Regiões Ultraperiféricas para assim podermos contar com mais este instrumento na justificação da definição de um futuro quadro ambicioso.

"Deverá ser uma estratégia que naturalmente continue a levar em conta os constrangimentos naturais das RUP mas que sobretudo aposte agora também nos sectores inovadores destas regiões que podem constituir trunfos para a UE no quadro da sua nova estratégia de desenvolvimento: a estratégia UE 2020. Necessitamos de um quadro financeiro forte que dê um real impulso também às novas áreas de desenvolvimento do nosso arquipélago" afirmou o deputado açoriano. O encontro entre o eurodeputado e o Comissário deu-se no quadro das reuniões entre a Conferência dos Deputados Europeus das RUP e os diferentes Comissários responsáveis pelas áreas



de maior importância para estas regiões. Os eurodeputados já se haviam reunido com o Presidente da Comissão Durão Barroso, com o Comissário do Mercado Interno Michel Barnier e com o Comissário do Comércio Karel De Gucht. O Comissário Hahn, que lidera o grupo interserviços no seio da Comissão europeia, concordou com o estabelecimento de reuniões de trabalho regulares, com vista a analisar as temáticas europeias sensíveis para as RUP e avançar com propostas concretas.

LUÍS PAULO ALVES PROMOVE VISITA DE DEPUTADOS DO GRUPO SOCIALISTA EUROPEU AOS AÇORES

O Deputado Luís Paulo Alves promove a visita de uma Delegação de Deputados do Grupo Socialista Europeu da Comissão parlamentar do Desenvolvimento Regional ao Arquipélago dos Açores. Os Deputados deslocam-se a São Miguel, Pico e Faial entre os dias 30 de Setembro a 2 de Outubro. O Deputado açoriano pretende assim contribuir para um melhor conhecimento das realidades ultraperiféricas e realçar os principais desafios que os Açores enfrentam mas também, e sobretudo, as principais potencialidades que oferecem. Luís Paulo Alves vai sensibilizar os eurodeputados para as questões que se prendem com o modelo de desenvolvimento sustentável da Região. Assim, a visita centrará nas questões relacionadas com a energia (particularmente as energias renováveis), as acessibilidades, o conhecimento, como exemplo nas boas práticas na investigação científica a nível europeu, a conservação e a manutenção de elevados padrões ambientais e, obviamente, a qualidade dos produtos alimentares.

Edite Estrela destaca importância da parceria UE-Brasil

A Deputada Edite Estrela considera fundamental o reforço da parceria entre a UE e o Brasil. Na última reunião da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com os países do Mercosul, a eurodeputada socialista recordou que foi durante a Presidência Portuguesa da UE, em 2007, que a UE e o Brasil criaram este novo quadro de relações bilaterais. A Deputada congratulou-se com o facto de ter sido referido por diversos oradores que a avaliação dos 3 anos desta parceria é positiva.

Para a Deputada é muito relevante aprofundar a cooperação entre europeus e brasileiros em sectores-chave como segurança energética e desenvolvimento sustentável, diversidade biológica, alterações climáticas, luta contra a pobreza e a exclusão, democracia e direitos humanos.

A relação privilegiada com o Brasil constitui igualmente uma forma de fazer avançar as negociações com o Mercosul no sentido da conclusão de um acordo de associação. A

eurodeputada congratulou-se com a abertura das negociações entre a União e os países do Mercosul para o estabelecimento desse acordo. Na sua intervenção, referiu igualmente a necessidade de os dois blocos de países concertarem uma posição comum com vista à Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas que terá lugar em Cancún, no final de 2010.

A Delegação parlamentar do Mercosul fez também um balanço dos preparativos para a próxima Assembleia parlamentar Eurolat, a decorrer no Equador de 3 a 5 de Novembro. Edite Estrela que é co-Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, Ambiente, Educação e Cultura desta Assembleia apresentará um documento de trabalho sobre a prevenção de catástrofes naturais e a necessidade de acertar estratégias comuns para enfrentar estas situações. Por outro lado, Edite Estrela foi nomeada pelos Deputados representante da Delegação do Mercosul para as questões relacionadas com a igualdade de género.



EDITORIAL



Edite Estrela
Presidente da Delegação

A agenda do Parlamento Europeu continua muito marcada pela crise económica e social que a Europa ainda atravessa. Os eurodeputados aprovaram um pacote de supervisão financeira considerado histórico. Trata-se de um conjunto de leis que deverá alterar a forma como os reguladores europeus e nacionais trabalham para assegurar a estabilidade do sistema financeiro da União Europeia. É uma peça legislativa fundamental para prevenir futuras crises já que a actual põs a nu uma fragilidade gritante do sistema da União: a existência de um mercado financeiro único, sem um verdadeiro regime de supervisão. A legislação aprovada entrará em vigor já em 2011, criando uma ordem europeia assente, nomeadamente, num Comité Europeu de Risco Sistémico, num conjunto de Autoridades Europeias de Supervisão e numa rede estreita de supervisores nacionais.

Congratulamo-nos com a aprovação deste pacote. O reforço e a coordenação do sistema financeiro europeu são, aliás, uma reivindicação antiga dos Socialistas Europeus que têm vindo igualmente a defender a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento económico sustentável assente na criação de postos de trabalho "amigos do ambiente". Ao contrário, os partidos conservadores, que governaram a maior parte dos países da UE na última década, não foram capazes de prevenir a actual crise, não tomaram medidas contra a pobreza e as desigualdades e limitaram-se a seguir as leis dos mercados.

No actual contexto, a consolidação orçamental é essencial, inclusive como meio de promover o crescimento económico sustentável e a criação de emprego. Mas há diferentes formas de atingir esse objectivo. Enquanto a direita propõe o corte na despesa social, designadamente na saúde e na educação, os governos de esquerda adoptam medidas menos lesivas para o Estado social, isto é, medidas que visam reduzir a despesa e aumentar a receita fiscal. Medidas mais justas, porque menos penalizadoras para as camadas mais desfavorecidas. Tão importante como a consolidação das contas públicas é a adopção de uma agenda anti-crise que trave a cupidiz dos especuladores e garanta mais justiça social e a estabilidade do sistema económico. Por isso, os Socialistas recomendam ponderação nesta matéria. O cumprimento do PEC não pode pôr em causa a coesão social. São, por isso, inaceitáveis os ataques aos serviços públicos de saúde e de educação bem como os cortes "a direito" nos apoios sociais defendidos pelos partidos conservadores. É reforçando a coesão social e económica que a União poderá ultrapassar a crise.

Precisamos de mais Europa. É também por isso que assistimos com preocupação às manifestações de xenofobia, de populismo e anti-Europa que a crise está a fomentar em vários Estados-Membros. Veja-se o que aconteceu na Suécia, bastião e referência da social-democracia europeia, onde a extrema-direita conseguiu eleger 20 deputados e, pela primeira vez na história, entrar no Parlamento. A crise e as suas consequências continuarão a centralizar o debate no Parlamento Europeu. Nesse sentido, é muito importante a nova figura regimental inaugurada nesta "rentrée" parlamentar dedicada ao "Estado da União": um debate sobre a Europa de hoje e do futuro em que os deputados socialistas participam com competência e sentido de responsabilidade.

FICHA TÉCNICA

Edição

Delegação Socialista Portuguesa
no Parlamento Europeu
www.delegptpe.eu

Layout e Paginação

Gabinete de Comunicação do PS

Periodicidade Mensal

Tel. 00 322 2842133

Email s-d.delegationPT@europarl.europa.eu

Ana Gomes condena expulsões de ciganos em França

Como Membro do Grupo de Trabalho sobre Extremismo, Populismo, Nacionalismo e Xenofobia, criado pelo Grupo Socialista no PE, Ana Gomes está activamente a trabalhar em várias iniciativas contra as expulsões colectivas de pessoas de etnia Rom (cigana) de França e de outros países europeus. Entre estas está a resolução do PE, aprovada a 9 de Setembro passado, pondo pressão sobre a Comissão Europeia para levar ao Tribunal Europeu de Justiça o governo de Sarkozy e outros governos que estão assim a violar a Carta dos Direitos Fundamentais e o Tratado de Lisboa.

A eurodeputada está a colaborar na redacção de uma declaração exortando ao combate contra essas e outras manifestações de xenofobia

e racismo que a crise económica fez aumentar. O texto faz propostas concretas para uma estratégia europeia, devidamente financiada, para inclusão social das comunidades ciganas, facultando-lhes condições de alojamento, educação, saúde e emprego adequadas, em especial nos Estados Membros onde elas representam maior percentagem da população e são mais pobres e discriminadas.

A declaração irá ser apresentada publicamente pelo Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas & Democratas, em Novembro, em Budapeste.

A eurodeputada considera que "a campanha populista do governo de Sarkozy viola o Tratado de Lisboa e os direitos humanos, ao expulsar co-

lectivamente cidadãos europeus que não foram julgados por nenhum crime, na base apenas da sua origem étnica. A minoria cigana, que representa 12 milhões de cidadãos europeus, foi ao longo dos séculos maltratada e sofre ainda hoje de particular discriminação nos países da UE onde é mais numerosa, designadamente na Roménia e na Bulgária".

"Este é um gravíssimo problema europeu e, por isso, a Comissão Europeia, como guardiã dos Tratados, deve agir junto do Tribunal Europeu de Justiça. Foi por a Comissão Europeia ter ficado paralisada diante de semelhante comportamento por parte de Berlusconi em 2008, que agora Sarkozy se sentiu à vontade para embarcar nesta campanha racista", acrescenta a eurodeputada.

ANA GOMES ORGANIZA AUDIÇÃO SOBRE ZIMBABUÉ

Ana Gomes organizou a 14 de Setembro, no Parlamento Europeu, uma audição sobre o Zimbabué, em colaboração com a ZEN (Zimbabwe Europe Network), que reuniu membros da sociedade civil, sindicatos e expatriados zimbabueanos, bem como representantes da Embaixada do Zimbabwe em Bruxelas, da CE e da Presidência Belga, além de vários deputados europeus.

Os participantes debateram os progressos e as dificuldades que o Zimbabué enfrenta, dois anos depois da assinatura do Acordo Político Global (APG) que deu origem à convivência do governo do Primeiro Ministro Morgan Tsvangirai com o Presidente Robert Mugabe, o impacto da actuação europeia, da União



Africana, da SADC e dos países vizinhos sobre a situação interna, bem como as possibilidades de se realizarem as eleições anunciadas para o próximo ano. A Deputada lembrou que "as autoridades do Zimbabué inviabilizaram, há uns meses atrás, a visita de Parlamentares Europeus ao país, impedindo assim a recolha em primeira mão de dados para um balanço apropriado sobre a evolução política e económica do país desde o APG. A falta de abertura não valoriza eventuais progressos registados".

Correia de Campos integra Delegação do PE ao fórum de Ciência e Tecnologia, em Quioto

O Deputado Correia de Campos integra de 2 a 5 de Outubro uma delegação oficial do Parlamento Europeu a Quioto, Japão, para participar no fórum STS (Ciência, Tecnologia e Sociedade). Este fórum integra personalidades do mundo académico, empresarial, comunicação social e decisores políticos, que se reúnem anualmente para discussão de tópicos ligados ao progresso científico e tecnológico, tendo em vista a concretização de benefícios para a sociedade e a consideração de eventuais impactos negativos de carácter ético, ambiental ou de segurança. Correia de Campos intervirá, na qualidade de Vice-Presidente do painel STOA (Avaliação de Opções Científicas e Tecnológicas) na sessão "A Ciên-



cia do Envelhecimento". Esta sessão aborda os esforços científicos feitos a nível global e da UE para dar resposta a um dos principais desafios da União: as alterações demográficas e o envelhecimento

da população. É esperado que, em 2025, 30% da população da UE tenha mais de 65 anos, implicando um crescimento da despesa pública em termos de saúde, pensões e cuidados continuados e colocando sob pressão acentuada os sistemas de apoio social. A ciência e a tecnologia deverão ter um papel importante na procura de soluções que permitam um envelhecimento mais saudável e mais activo. Na sessão serão debatidos os progressos científicos atingidos, bem como, estratégias de desenvolvimento futuro no que respeita à investigação sobre os aspectos social, económico, biológico e de saúde ligados ao envelhecimento.